

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política: perspectivas temáticas

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: perspectivas temáticas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-751-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.519210612>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Na evolução histórica da humanidade, a política sempre se materializou como uma ideia e uma matéria imanente ao viver e às relações de poder desde os primeiros grupos sociais descentralizados até se chegar à conformação de estruturas de poder centralizadas nas relações intra e inter-nacionais.

Como uma construção histórica das realidades sociais e como objeto de discussões que partem da Filosofia e que vão se ampliando com a evolução de teorias e debates no campo epistemológico da Ciência Política, a política e, por conseguinte, as relações de poder, passam a adquirir novas facetas temáticas e crescentes complexidades em escopo e escala.

Partindo do atual contexto de crescente complexidade em termos de oportunidades e desafios, o objetivo desta obra é ampliar os debates temáticos e com enfoque pluralístico, fundamentando-se em um trabalho coletivo de autores brasileiros e estrangeiros que valorizam a riqueza das análises empíricas e teóricas sobre a realidade desde o contexto local das subjetividades até a dimensão global de poder das relações internacionais.

O presente livro oferece uma coletânea de estudos teóricos e empíricos, os quais valorizam de modo combinado a diversidade do pensamento e a pluralidade epistemológica do campo das Ciências Políticas para a análise de distintos temas com relevância conjuntural na periodização atual.

Estruturado em 6 capítulos, este livro, traz relevantes debates ao pensamento político, por meio de discussões multitemáticas sobre o poder desde os prismas subjetivos das relações sociais até as óticas objetivas de institucionalidade, permitindo assim a apreensão de distintos paradigmas teóricos para a interpretação da realidade cada vez mais complexa e fluida.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e na utilização do método dedutivo, permitindo ao seletivo grupo de pesquisadores analisar diferentes temas a partir de abordagens teórico-conceituais específicas, resultando assim em um debate plural para o campo das Ciências Políticas.

Em função das discussões temáticas apresentadas, esta obra é indicada para um amplo público leitor, composto, tanto por leigos no campo das Ciências Políticas, quanto por acadêmicos, especialistas ou atores políticos, justamente ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes na atualidade.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OPORTUNIDADES Y RETOS: ESTRUCTURAS ORGANIZATIVAS, MODELOS DE ACTIVISMO Y RELACIONES DE PODER DESDE LOS FEMINISMOS	
Nerea Blanco-Aramendia Andere Ormazabal Gaston	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106121	
CAPÍTULO 2	14
VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO POLICIAL DOCENTE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	
Ana Luíza Almeida Andrade Conceição de Maria Cardoso Costa Renata Guilhões Barros Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106122	
CAPÍTULO 3	28
GOBIERNO ABIERTO: UNA OPCIÓN DE POLÍTICA PÚBLICA PARA EL DESARROLLO EN LOS GOBIERNOS LOCALES	
Miguel Angel Medina Romero Raúl Alberto Rodríguez Alvarado Alejandro Bustos Aguilar Rodrigo Ochoa Figueroa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106123	
CAPÍTULO 4	43
TRAMITAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA PRODUÇÃO LEGAL EM LEGISLATIVOS ESTADUAIS	
Ananda Ridart Ribeiro Duarte Maria Dolores Lima da Silva Raimunda Eliene Sousa Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106124	
CAPÍTULO 5	56
O QUE A VEJA QUER QUE VOCÊ VEJA: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DAS CAPAS DE BOLSONARO ENTRE A CAMPANHA ELEITORAL DE 2018 E OS PRIMEIROS 5 MESES DE MANDATO	
Felippe Pimenta Rodrigues de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106125	
CAPÍTULO 6	73
PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DE REGIMES INTERNACIONAIS	
Virgilius de Albuquerque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5192106126	
SOBRE O ORGANIZADOR	81

ÍNDICE REMISSIVO.....82

CAPÍTULO 6

PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DE REGIMES INTERNACIONAIS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/10/2021

Virgilius de Albuquerque

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ), Faculdade de Administração e
Finanças
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/3376347651949021>

RESUMO: Este trabalho sintetiza inicialmente as perspectivas e conceituações de regimes internacionais apresentadas por Hasenclever, Mayer e Rittberger, acadêmicos germânicos, docentes da conceituada Universidade de Tübingen, portanto fora do eixo hegemônico anglo-americano que predomina nos estudos das relações internacionais. Sua principal importância reside na identificação de pontos de convergência e, por conseguinte, no esforço, pouco empreendido na literatura especializada, de diálogo entre as distintas correntes do pensamento político internacional. Com esse objetivo, são trazidos entendimentos de alguns pensadores de relações internacionais, em especial, Stephen Krasner, Robert Keohane, e Ruggie e Kratochwil.

PALAVRAS-CHAVE: regimes internacionais, realismo, neoliberalismo, cognitivismo.

MAIN PERSPECTIVES OF INTERNATIONAL REGIMES

ABSTRACT: This work synthesizes initially the perspectives and conceptualizations of international regimes presented by Hasenclever, Mayer and Rittberger, German academics, professors at the prestigious University of Tübingen, therefore outside the anglo-american hegemonic axis that predominates in international relations studies. Its main importance lies in the identification of points of convergence and, consequently, in the effort, little undertaken in the specialized literature, of dialogue between the distinct currents of international political thought. With this objective, we bring the understandings of some international relations thinkers, in particular, Stephen Krasner, Robert Keohane, and Ruggie and Kratochwil.

KEYWORDS: international regimes, realism, neoliberalism, cognitivism.

1 | INTRODUÇÃO

O tópico inicial apresenta uma síntese das três perspectivas clássicas de regimes internacionais, quais sejam, as sustentadas no (i) poder, (ii) interesse, e (iii) conhecimento, desenvolvidas por Hasenclever, Mayer e Rittberger. No tópico seguinte, é feita uma sinopse do entendimento dos autores acerca da problemática conceitual concernente a regimes internacionais. Este trabalho é, pois, desenvolvido a partir da compreensão desses dois tópicos. Por fim, serão apresentadas

algumas considerações sobre as posições trazidas por esses autores.

A grande contribuição deste trabalho reside no fato da análise ser empreendida a partir de um estudo conduzido por autores que não pertencem à academia anglo-americana, que predomina nos estudos das relações internacionais.

2 | TRÊS PERSPECTIVAS DE REGIMES INTERNACIONAIS

O estudo dos regimes internacionais pode ser empreendido, basicamente, a partir de três perspectivas teóricas, representadas pelo (i) realismo, (ii) neoliberalismo e (iii) cognitivismo, escolas do pensamento cujas variáveis explicativas residem no poder, no interesse, e no conhecimento, respectivamente. De acordo com os autores, o cognitivismo abarca, também, as dimensões da comunicação e da identidade.

Em particular, no que tange à análise de regimes internacionais, essas escolas foram adotadas academicamente pelos autores devido aos diferentes graus de institucionalização com que abordam esta temática. O nível de institucionalização pode ser aferido mediante a sua decomposição em duas variáveis conceitualmente independentes: eficácia e resiliência. A eficácia corresponde à conformação dos membros às normas e regras, assim como, à consecução dos objetivos de cooperação. Por sua vez, a resiliência ou robustez expressa uma dimensão dinâmica de uma instituição, que afere o grau de sustentação de uma instituição ante a ocorrência de ameaças externas, bem como, também, a sua característica de *path dependence*.

Nenhuma dessas perspectivas renega o instituto de regime internacional, todavia diferem no nível de aceitação de sua intensidade institucional. Evidentemente, essas diferenças provêm das premissas relativas aos atores considerados e às suas motivações. Em síntese, a teoria do regime interpretada segundo a perspectiva realista pressupõe o Estado como ator principal, cujo objetivo é a obtenção de ganhos relativos. Esta vertente realista admite o caráter cooperativo dos regimes. Neste caso, o objetivo do Estado é utilizar o seu poder relativo para a distribuição de benefícios.

Com relação à escola neoliberal, os Estados compartilham interesses comuns e estão dispostos a cooperarem entre si, instituindo regimes para a obtenção de ganhos absolutos. Nesta abordagem, as dimensões de eficácia e resiliência institucional encontram sua plenitude conceitual. Tanto a escola realista quanto à neoliberal adotam o modelo de ator racional, em que as preferências, as identidades e os interesses dos Estados são exógenos.

Por outro lado, a perspectiva cognitivista ao problematizar a racionalidade dos atores, postula que os interesses só podem ser definidos a partir da compreensão das normas sociais que norteiam o arranjo da sociedade internacional de Estados. Deste modo, esta escola ao procurar endogenizar a formação de interesses, pode ser subdividida em duas abordagens distintas. A primeira procura desenvolver uma teoria de formação

de preferências que fundamentará a identificação de interesses (cognitivismo fraco). A segunda, ao penetrar mais intensamente no tecido social, abdica da premissa racionalista e procura estudar a formação de interesses a partir da observação de práticas sociais que se transladam em identidades que, por conseguinte, se consubstanciam em interesses (cognitivismo forte). Neste caso, os Estados são atores sociais ao invés de agentes maximizadores de utilidade. Fica, portanto, explícito o gradiente de institucionalização destas três escolas: baixo para o realismo, médio para o neoliberalismo, e elevado para o cognitivismo, em particular, para o de modalidade forte.

3 I CONCEITOS DE REGIMES INTERNACIONAIS

Apresentadas as diferentes perspectivas teóricas que analisam os regimes internacionais, passa-se, agora, à definição desse instituto. Serão apresentados, essencialmente, três conceitos sobre regimes: um do eminente politólogo Stephen Krasner e dois outros do igualmente conceituado pensador Robert Keohane. Segundo Krasner, regimes são princípios (crenças e valores morais) implícitos ou explícitos, normas (padrões de comportamento), regras (regulamentos) e procedimentos de tomada de decisão (linhas de ação) que resultam na convergência das expectativas dos atores em uma determinada área. Desta definição é possível extrair duas formas de mudança de regime: (i) mudança de regime devido a modificações de princípios e normas; e (ii) mudança no regime, em decorrência de alterações nas regras e procedimentos do regime. Keohane apresentou, em 1989, uma definição mais laxativa. Definiu regime como instituições com regras explícitas sobre um conjunto particular de matérias, acordadas pelos governos.

Desta conceituação, emergem duas implicações, quais sejam, regimes internacionais são instituições internacionais, e regime internacional não equivale à organização internacional.

Em debates subsequentes, ficaram delineadas três posições distintas acerca da melhor forma de conceituar regimes: (i) comportamental, (ii) cognitiva, e (iii) formal. Oran Young, apologista da vertente comportamental, sustenta que as instituições (dentro da qual estão inseridos os regimes) correspondem a relações entre os atores sociais conformadas segundo regras e convenções. Ou seja, instituições são práticas sociais, ora definidas como padrões de comportamento governados por regras e convenções, que não são, necessariamente, estabelecidas formalmente. Ou seja, podem ser regras implícitas, segundo previstas na conceituação de Krasner.

Por sua vez, Ruggie e Kratochwil (*in* RUGGIE, 1993) esposaram a abordagem cognitiva dos regimes. Segundo estes autores, não é o grau de conformação do comportamento dos atores que explica o regime, conforme premissa comportamental. De outro modo, sustentam que são os significados intersubjetivos e os entendimentos compartilhados pelos diversos agentes sobre os seus comportamentos que melhor

explicam os regimes. Expressando esta abordagem de forma mais clara, os regimes são constituídos a partir da interpretação subjetiva das ações dos atores sociais e das ações comunicativas¹ (e.g. adesão, rejeição, justificativas, desculpas) decorrentes dessas interpretações. Percebe-se, portanto, que a *arquê* da abordagem cognitiva precede a da abordagem comportamental. Elas podem ser, assim, sintetizadas: o conjunto reiterado de interpretações idênticas de cada indivíduo, socialmente explicitadas sob a forma de ações comunicativas (abordagem cognitiva) resultará em um padrão esperado de comportamento (abordagem comportamental). Ruggie e Kratochwil reconheceram que essa abordagem demanda outra dimensão ontológica e epistemológica, além de ser menos positivista sob o ponto de vista metodológico, haja vista sua imanência intersubjetiva. Hasenclever *et al.* denotam essa perspectiva de “cognitivismo forte”.

Finalmente, Keohane, que rejeita a noção de regimes implícitos², apresenta outra definição de regime, que contempla uma abordagem essencialmente formal. Keohane aponta a falácia lógica relativa à adoção de conceitos implícitos. Caso acolhida a tese de que regimes podem ter regras implícitas baseadas em comportamento comum, alega que, inicialmente, seria necessário definir regimes para, então, definir comportamento. Assevera que regimes correspondem ao reconhecimento de regras explícitas, expressas de modo afirmativo pelos governantes, que não necessariamente as observam em termos estritos. Hasenclever *et al.*, criticam esta definição, alegando que a conceituação de regime em termos estritamente formais ignora as instituições sociais. Isto porque, regras explícitas não representam instituições. E, por definição, regimes são instituições.

Concluindo esta síntese, é possível alocar as diferentes abordagens de regimes com os três paradigmas apresentados inicialmente. A escola realista e a neoliberal se coadunam com a abordagem formal, e mesmo, comportamental, ao passo que a perspectiva cognitivista se alinha, naturalmente, com a sua abordagem congênere.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE REGIMES INTERNACIONAIS

Considerando a tradição realista do pensamento de Krasner e a perspectiva neoliberal de Keohane, pode-se observar que, malgrado as diferenças entre as variáveis explicativas do comportamento do Estado de cada uma dessas escolas – a anarquia e o poder para os realistas, e o interesse e a cooperação, para os neoliberais – há certa convergência conceitual entre esses paradigmas acerca de regimes internacionais. Tanto a escola realista como a neoliberal, cuja concepção de regime é intrínseca à sua doutrina,

1 Consoante a doutrina de Habermas, a construção de normas e instituições sociais, não se fundamentam em princípios racionais, mas sim, com base em valores éticos, onde são observados e aceitos as diferenças sociais, culturais e morais das diversas comunidades, que prescrevem - com base em sua teoria da comunicação – a constituição de novos princípios, normas e arranjos institucionais a partir de um processo consensual (BURCHILL, 1996; BLACKBURN, 1994).

2 Keohane aponta a falácia lógica relativa à adoção de conceitos implícitos. Caso acolhida a tese de que regimes podem ter regras implícitas baseadas em comportamento comum, alega que, inicialmente, seria necessário definir regimes para, então, definir comportamento.

inferem a existência de arranjos interestatais e mecanismos reguladores de interesses internacionais.

Particularmente à escola neoliberal, o estabelecimento de regimes obedece a uma lógica microeconômica e visa atenuar os problemas advindos de custos de transação elevados e assimetria de informações. Portanto, de modo a evitar a consecução de resultados abaixo da fronteira eficiente de Pareto, e objetivando assegurar resultados econômicos ótimos para os cidadãos de todos os Estados, essa escola de pensamento preceitua a implementação de instituições concebidas com o fito de promover a cooperação e, assim, evitar a ocorrência de problemas de ação coletiva.

Por sua vez, Ruggie e Kratochwil, ao introduzirem o conceito de regime internacional a partir da interação dos atores – que empreendem um contínuo processo intersubjetividade que leva à construção social de identidades, que são manifestadas em ideias, interesses e hierarquia de preferências comuns – implantaram, definitivamente as primeiras sementes do pensamento cognitivista ou construtivista nas relações internacionais.

A análise dos regimes internacionais pode ser empreendida a partir das três direções normativas percorridas pelos autores. A escola realista aborda a instituição denominada regime como sendo intencionalmente implementada pelos Estados dotados de maiores capacidades, que objetivam, mediante o exercício de poder, impor restrições estratégicas aos demais Estados e, assim, auferir consequências distributivas favoráveis, ou seja, ganhos relativos. A vertente neoliberal, a partir de um enfoque funcionalista, enfatiza o papel empreendido pelos regimes para a consecução de cooperação internacional entre os Estados, mediante a superação dos problemas de ação coletiva, dos altos custos de transações, e da assimetria de informações. A abordagem racionalista que engloba as duas doutrinas acima presume a eficácia e resiliência das funções desempenhadas pelas instituições. Por outro lado, a escola cognitivista prioriza o estudo da criação e transformação das instituições, e do significado intersubjetivo das normas sociais e as suas consequências na formação dos interesses e no comportamento dos agentes.

Teço algumas considerações sobre instituições. Keohane (1988), em um sentido *lato*, define instituição como um padrão de atividade, ou, de outra forma, um arranjo particular socialmente constituído. Exemplifica alguns padrões de comportamento, tais como, a religião, o casamento, soberania, neutralidade e reciprocidade. Ou seja, esse conceito expressa um conjunto, formal ou informal, de regras e normas persistentes e interconectadas que (i) prescrevem funções; (ii) constroem as ações; e (iii) formatam as expectativas dos agentes. No âmbito internacional, as instituições são arranjos que possibilitam que os Estados equacionem os problemas de ação coletiva, decorrentes de situações de interdependência, mediante a criação e manutenção de princípios, normas, regras e procedimentos para fomentar a coordenação e cooperação entre os Estados (KEOHANE, 1988; 1993).

Na dimensão internacional, as instituições estão manifestadas sob três formas

(KEOHANE, 1988): (i) organizações intergovernamentais formais ou não governamentais – que correspondem a organizações burocráticas com regras e funções específicas; (ii) regimes internacionais – regras específicas que formatam o comportamento dos Estados, como, por exemplo, o regime de livre comércio; e (iii) convenções – instituições informais, com regras implícitas, mas que, assim como os regimes, também, configuram as expectativas dos agentes, uma vez que facilitam os processos de coordenação de ações. A imunidade diplomática (antes de sua codificação em acordos internacionais) e a reciprocidade (expectativa de tratamento recíproco) são alguns exemplos de convenções. Ruggie (1993; 1998a) aduz as comunidades epistêmicas como outra modalidade de organização internacional e conceitua, três formas de instituições internacionais: organizações formais, regimes e ordem. O seu conceito de ordem equivale ao de convenções de Keohane, por subentender a existência de regras implícitas. A ordem econômica internacional, assim como a de segurança internacional são alguns exemplos dessa categoria institucional.

Discorro, enfim, sobre a comensurabilidade das três escolas dominantes do estudo das Relações Internacionais. A ascensão do cognitivismo como uma das principais teorias das relações internacionais, ao criticar os dois paradigmas racionalistas dominantes – realismo e neoliberalismo – promoveu as similitudes existentes entre essas duas linhas doutrinárias (RUGGIE, 1998b). Deste modo, foi possível a promoção de diálogo e o desenvolvimento de uma diretriz consensual teórica, ao invés do dissenso e sectarismo dogmático, prejudicial ao desenvolvimento desse campo de estudos. Floresce, enfim, um entendimento de complementaridade paradigmática.

Após a consolidação da teoria cognitivista, como um novo eixo de análise científica, Katzenstein, Keohane e Krasner (1998) – cada um destes autores representa uma perspectiva distinta, a saber, cognitivismo ou construtivismo, neoliberalismo e realismo – reproduzem o processo que originou a síntese racionalista conduzida, então, por Krasner e Keohane e discorrem sobre as convergências e complementaridades existentes entre ambas metateorias, o racionalismo – realismo e neoliberalismo – e o cognitivismo. A necessidade de interagir as teorias racionalista e construtivista decorre do reconhecimento de que as análises acerca do poder, interesses e práticas sociais são complementares.

O construtivismo visa explicar as variações nas preferências e a constituição de práticas e interesses dos atores sociais. Por sua vez, o racionalismo almeja explicar o comportamento (dadas as preferências), dos atores em busca de poder e consecução de seus interesses. Destarte, nenhuma dessas perspectivas é completa individualmente (KATZENSTEIN *et al.*, 1998). Há, portanto, um reconhecimento explícito de teóricos racionalistas acerca da importância do estudo científico, empreendido pelos construtivistas, das práticas sociais constitutivas das identidades e preferências dos atores, assim como, também, de uma estrutura intersubjetiva de caráter normativo, para um refinamento explicativo e preditivo dos interesses e comportamentos dos diversos agentes.

Essa simbiose pode ser denotada por uma vertente comportamental. O comportamento

humano é interpretado a partir de sua lógica de ação. Essa ação pode ser analisada, por um lado, pela *rationale* da lógica racional de antecipação das possíveis consequências que pressupõe um conjunto de preferências ou interesses pré-concebidos – *taken for granted*. Por outro lado, a ação humana pode ser induzida pela lógica da conveniência e de identidades. Nesse caso, os atores obedecem a regras associadas a identidades particulares (MARCH *et al.*, 1998). Portanto, o comportamento do agente, interpretado a partir da lógica de ação que rege a conduta do ator racionalista – que visa a maximização de seus interesses – e aquele que caracteriza o tipo-ideal do ator construtivista – que age em conformidade com as regras imanentes a um grupo com identidades análogas – não podem ser considerados excludentes. Isto porque, qualquer ação desse agente é resultante da combinação matizada dessas duas lógicas, moldadas pelo interesse racionalista (ação racional) e pelas normas (ou regras) sociais que constituem uma identidade coletiva (ação social).

A lógica imanente ao conceito de programa de pesquisa, empreendida por Lakatos (1979), reforça a compreensão conjunta dessas duas metateorias das relações internacionais para uma melhor compreensão da ordem global (Estados e atores não estatais). Isso porque, a distinção epistemológica entre elas encontra-se na heurística negativa. Enquanto as teorias racionalistas internacionais reificam a ação racional dos atores sociais, a teoria cognitivista considera que as normas sociais são *taken for granted*. Explícita ou implicitamente, todas elas têm em comum a ênfase no poder – seja sob a forma de capacidades, instituições, ideias ou estruturas sociais – como elemento constitutivo do comportamento social. O poder é a interseção epistemológica dessas teorias e de suas manifestações nas formas de regimes internacionais.

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BURCHILL, Scott. Introduction; Liberal Internationalism. Realism and Neo-realism. *In Theories of International Relations*, S. Burchill, A. Linklater (org.). New York: St. Martin's, 1996.

HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. **Theories of International Regimes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KATZENSTEIN, Peter, KEOHANE, Robert, KRASNER, Stephen. International Organization and the Study of World Politics. **International Organization**, vol. 52, issue 4, Autumn, 1998.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, vol. 32(4), December 1988.

_____. *Instituciones Internacionales y Poder Estatal: Ensayos sobre la Teoría de las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

LAKATOS, Imre. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. *In A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, I. Lakatos, A. Musgrave (org.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

MARCH, James G., OLSEN, Johan P. The Institutional Dynamics of International Political Orders. *International Organization*, vol. 52, issue 4, Autumn, 1998.

RUGGIE, John Gerard. **Multilateralism Matters**: The Theory and Praxis of an Institutional Form. New York: Columbia University Press, 1993.

_____. *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. New York: Routledge, 1998a.

_____. What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*, vol. 52, issue 4, Autumn, 1998b.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 43, 44, 46, 54, 55

Activismo 1, 2, 7, 8, 12

Assembleias 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

B

Bolsonaro 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Brasil 19, 21, 26, 27, 33, 36, 47, 49, 54, 66

C

Ciudadano 31, 37

Cognitivismo 73, 74, 75, 76, 78

Comportamento 44, 45, 55, 75, 76, 77, 78, 79

Comunicação 44, 46, 47, 54, 55, 56, 69, 71, 74, 76, 81

Conhecimento 15, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 45, 54, 65, 73, 74, 80

Convenções 75, 78

Curso 15, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 55, 69

D

Desarrollo 4, 6, 7, 8, 9, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42

Docência 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 25

Docente 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27

E

Ensino 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26

ESPC 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 25, 26

Estados 30, 35, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 74, 75, 77, 78, 79

Estructuras organizativas 1, 4

F

Feminismo 3

G

Gobierno abierto 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Grupo 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 21, 41, 79

H

Horizontalidade 5, 7, 11

I

Inclusión 5, 8

Interesses 74, 75, 77, 78, 79

J

Jerarquia 5, 11

L

Legislativo 46, 47, 55

Leis 48, 53

M

México 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 81

Movimiento feminista 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12

N

Neoliberalismo 73, 74, 75, 78

Normas 5, 7, 18, 27, 38, 45, 55, 74, 75, 76, 77, 79

P

Participación 2, 12, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

PCDF 14, 15, 16, 20, 21, 22

Poder 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 20, 23, 31, 36, 38, 43, 44, 46, 47, 73, 74, 76, 77, 78, 79

Polícia 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27

Policial 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Política pública 28, 29, 30, 32, 35, 39

Prática 14, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 26

Princípios 20, 29, 44, 75, 76, 77

Produção Legislativa 43, 44, 45, 47

Professor 17, 21, 81

Profissionalização 14, 16, 18, 19, 22, 25

R

Realismo 73, 74, 75, 78

Regimes internacionais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Regras 20, 45, 47, 53, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Relaciones de poder 2, 4, 7, 8, 9, 12
Relações internacionais 73, 74, 77, 78, 79, 81
Rendición de cuentas 28, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40
Revista Veja 56, 72

S

Saberes 14, 17, 18, 22, 23, 27
Segurança Pública 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 81
Semiótica 56, 57, 58, 70, 71
Sociossemiótica 56, 57

T

Teoria 17, 18, 21, 25, 26, 55, 74, 76, 78, 79
Tramitação 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53
Transparência 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 68

V

Valorização 14, 16, 18

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

CIÊNCIA POLÍTICA:

PERSPECTIVAS TEMÁTICAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021